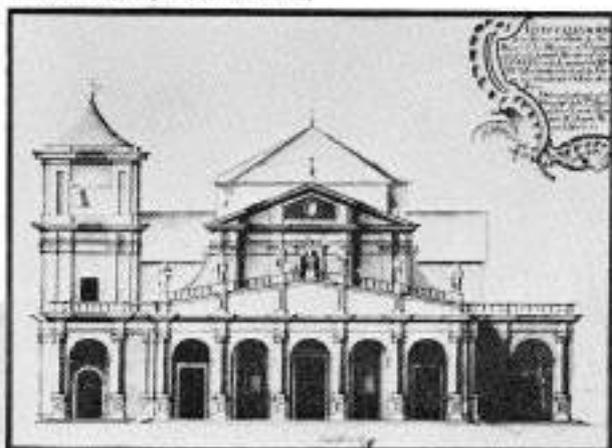


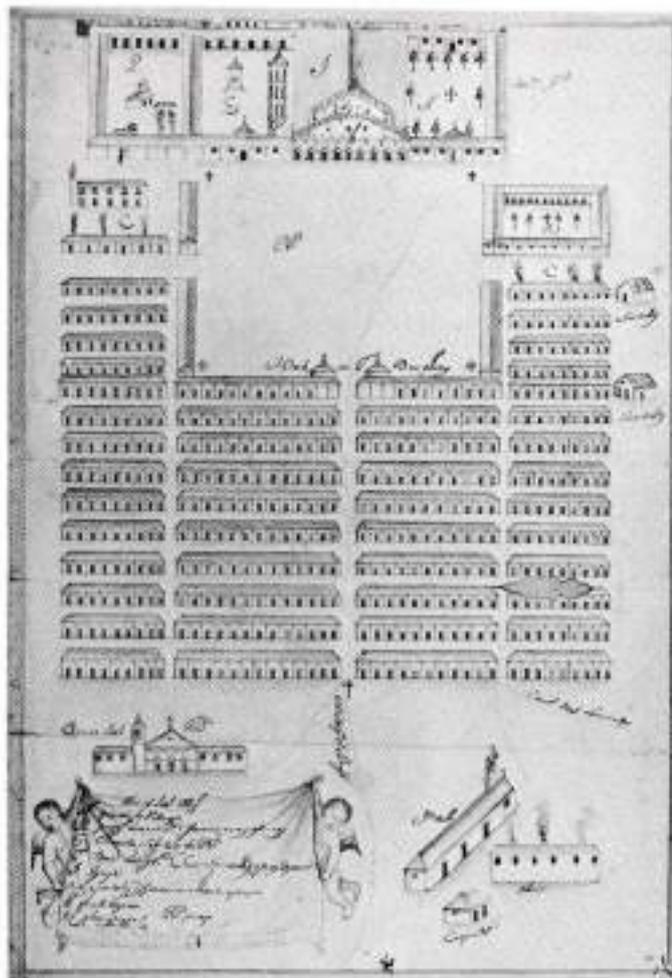
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES

CABRER, 1752 (ARQ. HIST. ITAMARATY)



PEDRO LOBO, 1983 (SPHAN / PRÓ-MEMÓRIA)





Plano português realizado
estimativamente em 1756.
(Biblioteca Nacional, RJ.)

Em dezembro de 1982, o Brasil apresentou à UNESCO proposta para inclusão das ruínas de São Miguel na lista do Patrimônio Mundial. Constituído-se num dos mais completos remanescentes das 30 Reduções fundadas pelos jesuítas na América, são essas ruínas o principal testemunho material de uma experiência social, única na história.

Tombada em 16 de março de 1938 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), é o monumento naquele mesmo ano beneficiado com obras de consolidação, as primeiras com que o órgão, então recém-criado, inaugura sua tarefa de conservação e restauração dos bens culturais brasileiros.

A história das Reduções Jesuíticas se inicia nos últimos anos do século XVI com a chegada dos padres da Companhia de Jesus à região do Prata. Em 1607 o superior-geral dos jesuítas, padre Claudius Aquaviva, reúne as regiões do rio da Prata, Tucuman e Chile numa só província independente denominada *Paraguaria*.

Experimentados na tarefa de catequese dos índios, os inacianos, em 1608, traçam as diretrizes básicas a serem adotadas pela Companhia da nova província, optando pela fundação de aldeamentos que se tornassem comunidades cristãs, sólidas e duráveis, denominadas "reduções" porque *ad ecclesiam et vita civilem esset reducti*.

De 1607 a 1628 são fundados, à margem direita do rio Uruguai, os primeiros Povos Missionários, nos quais os indígenas são iniciados em atividades agrícolas, pecuárias e artesanais, ao mesmo tempo em que recebiam formação religiosa. Segue-se, porém, a essa primeira fase, um período de grandes dificuldades à sobrevivência das reduções, devido aos ataques que lhe são dirigidos pelas bandeiras paulistas, organizadas com o objetivo de escravização de índios em benefício das fazendas e engenhos do litoral.

A partir de 1639, entretanto, com a concessão pelo governo da Espanha de licença para o armamento dos índios aldeados, sofrem os bandeirantes diversos revezes, culminando em 1651 com uma grande derrota. Inicia-se a partir dessa data um período de aproximadamente um século em que as reduções se desenvolvem e se multiplicam, chegando a atingir um total de 30 Povos. Nas atuais províncias argentinas de Corrientes e Misiones havia quinze; o sul do Paraguai era ocupado por oito reduções; e no noroeste do Rio Grande do Sul se fundaram sete — os chamados Sete Povos das Missões: S. Borja (1682), S. Nicolau (1687), S. Miguel (1687), S. Luís Gonzaga (1687), S. Lourenço (1691), S. João Batista (1697) e Stº Angelo Custódio (1706).

Com o tratado de limites de Madrid, estabeleci-

do em 1750 para fixação da fronteira entre as terras de Portugal e Espanha, fica decidida a troca do território ocupado pelos 7 povos com a Colônia do Sacramento, devendo os índios aldeados abandonar as reduções, levando apenas seus bens móveis e semoventes. Apesar da recomendação do Padre Superior da Província dos Jesuítas no Paraguai de que os sacerdotes exercessem toda sua influência junto aos índios para a aceitação das decisões do Tratado, revoltam-se os guaranis, deflagrando-se uma guerra que dura de 1754 a 1756. Derrotados, os índios são obrigados a abandonar seus lares. O Tratado de Santo Ildefonso, em 1762, anula o de Madrid, possibilitando o retorno dos guaranis às suas terras. Com a expulsão dos jesuítas dos domínios espanhóis, em 1768, passam os Povos a ser governados pela administração colonial espanhola e portuguesa, iniciando-se a decadência dos aldeamentos. Em 1828, em decorrência da Guerra Cisplatina, D. Frutuoso Rivera dá o golpe de morte nos Sete Povos das Missões Orientais ao incorporar ao seu exército todos os homens das Missões, formando com suas famílias um grande comboio, carregando "mais de sessenta carretas de estátuas, imagens de santos, ornamentos, alfaías e sinos das igrejas".

A Redução de São Miguel foi fundada pelo padre Cristóbal de Mendonça, mas teve que ser trasladada, alguns anos depois, para outra margem do rio Uruguai, devido aos ataques efetuados pelos bandeirantes. Só depois de cessadas as investidas paulistas na região é que seu povo retorna ao primitivo sítio. Restabelecida, em 1687, inicia um período de grande desenvolvimento. Ao findar o séc. XVIII soma sua população 4.200 índios. Considerando excessivo o número de habitantes, os jesuítas decidem desmembrá-la, transferindo 2.800 indígenas para outro local e estabelecem a Redução de São João Batista. Em 1750 alcança o Povo de São Miguel a população de 6.700 pessoas, tornando-se o mais populoso dos 30 Povos Missionários.

As mudanças de política colonial, os tratados de limites e a expulsão dos jesuítas provocam a derrocada da experiência missionária. Ao iniciar-se o século XIX, São Miguel conta com 1.900 habitantes e vinte anos depois com apenas 600, extinguindo-se totalmente alguns decênios depois.

A organização do espaço urbano de São Miguel obedecia ao esquema urbanístico adotado em todos os Povos, caracterizado por um traçado ortogonal semelhante em sua rigidez às normas urbanísticas dadas pelas *Leyes de las Indias* e adotadas pelo governo Espanhol nas cidades fundadas na América.

O jesuíta alemão Antonio Sepp, em suas cartas, dirigidas em sua maioria a seu irmão, assim descreve as reduções:

"As aldeias, como disse, estão quase todas localiza-

das no alto dos barrancos dos rios muito piscosos Uruguai ou Paraná e contam com setecentas, oitocentas e novecentas, e muitas até, com mais de mil famílias ou moradias.

Sobre família se entende: pai, mãe, filha e filhos, e mais seus filhos. Assim cada aldeia conta com seis a oito mil e mais almas, conta fraca, porque os índios são muito férteis.

Cada aldeia tem junto à igreja um logradouro amplo e muito bonito, de 400 pés de comprimento e a mesma largura.

As casas formam ruas largas, como nas cidades européias, mas são de construção diferente: são muito baixas, não tem assoalho de madeira, mas os índios moram no chão descoberto.

Os muros não são de pedra, mas de terra que é socada'(...)

A igreja, principal edificação do conjunto, está implantada sobre uma ligeira ondulação de terreno, precedida por um pórtico e dominando a praça quadrangular à sua frente. Anexa a ela ficavam o hospital, o colégio, o cemitério e outros edifícios. Aos fundos, ficava a quinta dos padres com jardim, pomar e horta.

Nos outros lados da praça se encontravam as casas de moradia, dotadas de varanda contínua, formando uma galeria coberta ao longo das ruas, que protegia os transeuntes do sol e da chuva.

A primitiva igreja, erguida certamente no primeiro período da redução e que serviu até a transmigração do Povo para a outra margem do rio Uruguai, não há mais nenhum vestígio nem nenhum documento descritivo. Há notícias da construção de um templo de duração curta, destruído em 1642 por um temporal e de um outro construído em seguida, mas que em 1708 ameaçava ruir.

O templo definitivo foi construído entre 1735 e 1744, sob a direção do arquiteto jesuíta, de origem milanês, Gian Baptista Prímoli que, tendo chegado a Buenos Aires em 1717, projetou naquela cidade e em Córdoba diversos edifícios de vulto. A partir de 1730 passou a trabalhar na construção das igrejas dos Povos de Concepción, Trinidad e S. Miguel.

Das descrições da igreja, merece atenção a de José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de S. Leopoldo, que visitou as reduções entre 1800 e 1819 antes da sua delapidação e abandono.

"Na frente de uma grande praça quadrangular, na qual desembocam nove ruas, via-se o templo (...) nele se entrava por um alpendre de cinco arcos, sustentados por colunas de pedra branca e vermelha, rematado por vistosa balaustrada, e sobre uma gradaria da mesma pedra (...) que coroava o frontispício, elevava-se a imagem de S. Miguel, e dos lados as dos seis apóstolos; a igreja é de três naves, de trezentos e cinquenta palmos de comprimento, e de cento e vinte de largo, com cinco altares de talha dourada, e excelentes pinturas, e ao entrar na porta principal via-

se à direita uma capela com seu altar, a pia batismal (...) A torre era também de pedra com seis sinos. Imediata ao lado direito da capela-mór achava-se a sacristia, daí seguiam-se os cubiculos dos padres, que eram muitos e cômodos'.

A obra de construção da igreja foi, certamente, feita em etapas. Originariamente não possuía nem torre nem pórtico à sua entrada, assemelhando-se no seu partido arquitetônico à "igreja modelo" dos jesuítas — a do Gesu, em Roma — notadamente pela presença de capelas laterais à nave, transepto e cúpula. A formação italiana do arquiteto jesuíta se reflete também no sistema construtivo — alvenaria de pedra —, que ele adotou também na Igreja do Povo em Trinidad.

As primeiras iniciativas para a preservação das ruínas são tomadas em 1928 pelo governo do Rio Grande do Sul, através da sua Secretaria de obras Públicas. Nessa ocasião é feita a erradicação da vegetação de grande porte e a estabilização de algumas paredes, com o emprego de vergalhões e trilhos de ferro.

Dez anos depois, tombado os Remanescentes do Povo e Ruínas da Igreja de S. Miguel pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, são realizadas obras de maior vulto sob a direção do arquiteto Lucas Mayerhofer. Constatada a precariedade das fundações do pórtico e a falta de estabilidade da torre — desarticulada e uma parte em desaprumo — é feita a desmontagem dessas estruturas, depois de cadastradas e numeradas todas as pedras. Reforçados os alicerces com concreto armado, são reconstruídas com as mesmas pedras, embutindo-se nas paredes vigas de armação. Nessa época o SPHAN constrói o Museu das Missões, segundo projeto de Lúcio Costa.

Em 1954 são realizadas novas obras, compreendendo a recomposição de pequenos trechos de paredes e a remoção de parte do entulho existente no interior da nave.

De 67 a 70, sob a orientação do chefe do IV Distrito do SPHAN, arquiteto Luís Saia, é feita a recomposição de alguns muros, o capeamento do respaldo das paredes laterais, além de trabalhos de prospecção que revelaram o primitivo piso da igreja.

As obras que estão sendo feitas atualmente pela SPHAN consistem na consolidação de paredes pela intromissão de concreto e o embrechamento dos paramentos. Para a realização desse trabalho foi feito preliminarmente um levantamento arquitetônico completo da igreja, utilizando-se os recursos da fotogrametria e da medição direta. Essa documentação, pela sua precisão, mostra as deformações sofridas pelas paredes, possibilitando o planejamento e a execução de um trabalho de consolidação mais rigoroso.



Cruz monolítica de pedra proveniente do Povo de Santo Ângelo.

Presidente da República
João Figueiredo
Ministra da Educação e Cultura
Esther Figueiredo Ferraz
Secretário da Cultura e
Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória
Marcos Vinícios Vilaça
Subsecretário do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional
Irapoan Cavalcanti de Lyra